

## ÍNDICE

	Págs.
Introdução .....	5
Regras de Avaliação Contínua .....	7
Index abbreviationum .....	31
Bibliografia das bibliografias e biografias jurídicas com interesse histórico .....	53
Citações dos Corpus Juris Civilis e do Corpus Juris Canonici ..	71
Elementos cronológicos de apoio .....	73
República .....	78
Cronologia dos Presidentes da República .....	78
Cronologia dos Papas 1130-1910 .....	79
Elementos geográficos .....	83
Arquivos e Bibliotecas .....	87
 Capítulo I — A Justiça e o Direito Suprapositivo .....	 88
 Secção I — A Justiça .....	 91
14. A justiça como condição da sociedade. A justiça universal ..	91
15. A Justiça particular. Conceito .....	99
16. A justiça particular: a determinação do seu .....	105
17. As modalidades da justiça .....	106
18. A justiça objectiva .....	114
19. Justiça e direito .....	114
 Secção II — O direito supra-positivo e o direito humano .....	 119
20. O direito divino .....	119
21. Da lei eterna ao direito natural .....	121
22. Pluralidade de entendimentos quanto ao direito natural ..	129
23. Importância da Lei Divina e da Lei Natural no quadro normativo medieval .....	134
24. Valor jurídico dos actos contra a lei divina e natural ....	137
25. O princípio da imutabilidade e inderrogabilidade do direito divino e do direito natural .....	139
26. Direito suprapositivo e supralegal. O «ius gentium» .....	144

	Pág.
Capítulo II — Direito positivo «Supra Regna». O Direito Canónico e o Direito Romano .....	147
31. Doutrina .....	149
32. Concórdias e concordatas .....	149
33. Penetração do direito canónico na Península. A ciência canónica portuguesa .....	178
34. Restrições à recepção do direito canónico .....	179
35. Aplicação do direito canónico nos tribunais. Aplicação nos tribunais eclesiásticos, em razão da matéria e em razão da pessoa .....	182
36. Aplicação nos tribunais civis; enquanto direito preferencial ou como direito subsidiário. O critério do pecado .....	183
Capítulo III — «Ius Regni» .....	185
Secção I — Direito legislado .....	185
38. Ordenamentos jurídicos anteriores à constituição da nacionalidade portuguesa .....	187
39. Código Visigótico .....	192
40. Aplicação do Código Visigótico. Testemunhas da sua vigência .....	200
41. Leis de Leão, Coiança e Oviedo .....	202
42. Leis Gerais portuguesas .....	226
43. Fundamento e força vinculante da lei, natureza, finalidade e requisitos .....	244
44. Ignorância e conhecimento da lei. Publicidade. Registo. Entrada em vigor .....	245
45. Aplicação e interpretação da Lei .....	248
46. Monumentos Jurídicos Castelhanos .....	249
Secção II — Direito outorgado ou pactuado .....	269
47. Cartas de privilégio .....	269
48. Cartas de Povoação .....	272
49. Forais .....	274
50. Foros, Costumes ou Estatutos Municipais .....	289
Secção III — Costume e Direito Judicial .....	335
51. Costume: conceito e amplitude da noção medieval de costume .....	335
52. Causas do prestígio do direito consultudinário. Âmbito de aplicação .....	337

	Pág.
53. Requisitos do costume .....	338
54. Valor jurídico do costume .....	340
56. Estilo .....	342
58. Conceito e natureza das façanhas .....	343
59. Os alvidros .....	344
<b>Secção IV — Direito prudencial. Enquadramento Geral .....</b>	<b>349</b>
69. Os géneros literários nas escolas jurisprudenciais .....	349
72. Elementos da «ars inveniendi» .....	404
<b>Secção V — Direito Prudencial. Especificação do caso português .....</b>	<b>409</b>
75. A chamada «recepção» do «ius romanun» .....	409
76. Progressiva penetração do direito romano. A Universidade .....	410
78. Referência à «iurisdictio imperii» e fundamento da vigência do direito romano. Significado especial do direito romano no quadro das fontes e sua utilização política .....	410
79. A comprovação da problemática da opinião comum em Portugal .....	412
80. Resistência à penetração do direito comum .....	414
<b>Secção VI — Direito Notarial .....</b>	<b>417</b>
84. Regulamentação de Afonso X .....	418
85. Legislação portuguesa. Disciplina da profissão e interesses régios .....	423
87. Documentos de actos jurídicos e seu valor como fonte da história do direito .....	442
<b>Capítulo IV — Conjugação das fontes normativas e dos elementos formativos do direito português .....</b>	<b>457</b>
89. Direito canónico e direito civil .....	459
90. Direito régio e foros .....	470
92. Direito régio e costume .....	477
93. Direito romano e direito nacional .....	478
94. Articulação geral .....	480
96. Elemento romano .....	482
97. Elemento germânico .....	484

	Pág.
98. Elemento Canónico .....	487
99. Os elementos muçulmano e hebraico .....	490
Capítulo V — A Organização Política .....	493
Secção I — A organização política da «Respublica christiana»	495
Subsecção I — Portugal e o Papado .....	495
100. Razão de ordem. O papado e a origem do Poder .....	495
101. Doutrinas Hierocráticas .....	495
102. Cont. as circunstâncias políticas. Doação de Constantino .	518
103. A doutrina do «Verus Imperator» .....	521
107. O caso português .....	523
109. Cont. manifestações da «auctoritas» papel .....	523
Subsecção II — Portugal e a «Iurisdictio Imperii» .....	525
112. O título de «Imperator» dos reis de Leão e a ideia imperial hispânica .....	525
113. Denegação da supremacia imperial relativamente ao seu território pelos monarcas portugueses .....	527
Secção II — Organização Política da Comunidade Nacional ..	531
Subsecção I — A Realeza .....	531
115. Factores condicionantes da monarquia portuguesa .....	531
116. Significado jurídico-político das ideias de «reino» e «coroa»	535
117. Desenvolvimento político da realeza .....	536
118. Origem do Poder Real .....	537
119. Natureza do poder real .....	514
120. A justiça como finalidade do poder régio .....	550
123. A investidura régia .....	573
Secção III — As Cortes .....	577
126. Considerações gerais .....	577
127. Origem das Cortes. Os concílios visigóticos. A Cúria Régia	580

	Pág.
128. O problema conceptual das Cortes .....	582
129. Constituição das Cortes. Representação das Ordens .....	583
130. Convocação das Cortes. Sua duração .....	585
131. Índole das Cortes e sua esfera de acção .....	588
132. Apreciação do problema face às Cortes portuguesas .....	593
Capítulo VI — A Administração do Reino .....	609
133. Características gerais .....	611
134. Administração Central. O Conselho Régio. Ovençais e ministros da Coroa .....	612
135. Terras dependentes da coroa. Sua organização .....	616
136. Modificações na estrutura administrativa do país. A comarca e o corregedor .....	619
137. Terras próprias do rei .....	622
138. Terras na dependência de particulares. Considerações gerais .....	624
139. Honras, behetrias e coutos .....	626
140. A intervenção régia nos domínios senhoriais .....	635
141. Terras na dependência municipal. Os concelhos .....	644
142. A origem dos municípios medievais .....	646
143. A estrutura física e administrativa do território municipal. A componente populacional. O governo local .....	649
144. A organização administrativa de judeus e mouros: as suas particularidades .....	652
145. A comunidade judaica. As judiarias .....	652
146. Oficiais e Magistrados Judeus .....	659
147. A comunidade muçulmana. As mourarias .....	667
148. O município e o foral. Tipos de municípios .....	671
149. O rei como juiz .....	683
150. A Cúria Régia como tribunal superior .....	683
151. A Administração da Justiça pelos Juizes Ordinários (séc. XII) .....	689
152. Os séculos XIII e seguintes. Corregedores; juizes-de-fora .....	691
153. A justiça senhorial. As confirmações .....	715
154. A justiça municipal .....	723
155. O particularismo medieval na administração da justiça. Judeus e Mouros .....	724

